

**(RE)PENSANDO O CURRÍCULO ESCOLAR:
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO-
APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA**

Nedson Antônio Melo Nogueira¹

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade refletir sobre a importância da literatura afro-brasileira em sala de aula, tendo como base a lei federal sancionada 10.639/03, que torna obrigatório (como cumprimento de lei) as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras, assim como as histórias e as culturas indígenas (lei 11.645/08) nas instituições de ensino, sendo elas públicas ou privadas, aqui só enfatizaremos à primeira lei. Ancorados a uma perspectiva de leitura literária vinculada às práticas cotidianas e ao conhecimento de mundo trazido pelos/as alunos/as segundo os PCNs (1998), procuraremos problematizar as condições (e a falta delas) de se abordar uma prática de leitura constituinte e constitutiva para a formação crítica e participativa dos/as alunos/as como também possibilitar, além de resgatar, os saberes e os valores históricos e culturais construídos pelos povos africanos ao longo das gerações. Adotando pressupostos de teóricos/as que pensam a prática leitora no contexto escolar, entre eles (FREIRE, 1989; SILVA, 2003; DALVI, 2010), vemos o quanto é necessária a sua inserção no ensino-aprendizagem em aulas de língua portuguesa, em especial, nas de Literatura. Para finalizar, trazemos à baila as principais nuances que inviabilizam a falta de formação/qualificação dos/as educadores/as em desenvolverem atividades pedagógicas que sejam pertinentes a prática leitora assim como as temáticas africanas e afro-brasileiras a uma formação de pertença e autoafirmação afro-descendente; o descaso do currículo escolar no tocante as africanidades diante do que prioriza à lei supramencionada, e o que defende os documentos oficiais e suas diretrizes para o fortalecimento de uma educação antirracista e mais pluricultural.

PALAVRAS-CHAVE: Africanidades; Afro-descendência; Lei 10.639/03; Prática leitora.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como finalidad reflexionar sobre la importancia de la literatura afro-brasileña en las clases, teniendo como base la ley federal 10.639 / 03, que se convierte en obligatoria (como el cumplimiento de la ley) las historias y las culturas africanas y afro-brasileña así como las historias y las culturas indígenas (ley 11.645 / 08) en las instituciones educativas, públicas o privadas y, únicamente destacar aquí la primera. Anclado a una perspectiva lectura literaria vinculada a las prácticas diarias y el mundo del conocimiento aportado por los / las estudiantes de acuerdo con el PCN, (1998), trata de problematizar las condiciones (y la falta de ella) de acercarse a una práctica de la lectura constituyente y

¹ Graduado em (Letras-Português/Fale) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Participou, entre (2012-2017), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid/Letras/Port.), onde atuou como Professor-Pibid realizando atividades de leitura e escrita em uma escola pública de Maceió. Atualmente, pesquisa sobre questões étnicorraciais, com ênfase em Literatura afro-brasileira, além de possuir vasto interesse em linguística aplicada e textual, relações de gêneros e sexualidades.

constitutiva para la formación crítica y participativa / los estudiantes, así como sea posible, y rescatar el conocimiento es valores históricos y culturales construido por el pueblo africano a través de las generaciones. La adopción de las reflexiones de los teóricos / los que piensan que la práctica lector en el contexto escolar, entre estos (Freire, 1989; SILVA, 2003; Dalvi, 2010), vemos cuánto se requiere su inclusión en la enseñanza-aprendizaje en las clases de portugués, sobre todo en la literatura. Por último, poner de relieve las principales matices que impiden que la falta de formación / cualificación / las educadores / en las actividades educativas desarrolladas las practicas lectoras y los temas relevantes africanos y afro-brasileña que pertenecen a una formación y autoafirmación ascendencia africana; la descaso del plan de estudios de la escuela antes de que prioriza por encima de la ley, y la defensa de los documentos oficiales y las directrices para el fortalecimiento de la lucha contra el racismo y la educación multiculturaln.

PALABRAS CLAVE: Africanidades; Afrodescendência; Ley 10.639 / 03; Práctica lector.

Para início de conversa,

Gostaria de convidar a todos/as possíveis leitores/as para viajarem juntamente comigo pelas primeiras reflexões as quais estou me propondo fazer aqui: abordar a importância e a real necessidade da prática leitora articulada ao ensino-aprendizagem da literatura afro-brasileira em sala de aula, segundo a lei sancionada 10.639/03. É á luz de uma abordagem de literatura alicerçada às vivências e ao contexto social de nossos/as alunos/as, uma vez que as nossas práticas educativas e discursivas também precisam estarem situadas a contextos reais e concretos de produção de linguagem, que se situa este trabalho.

Acredito ser a leitura uma viagem, e o texto literário um ponto de encontro e de partida entre autor/a e leitor/a, pois é na palavra do *outro* que interagimos ao mesmo tempo que compartilhamos experiências, conhecimentos e pontos de vistas que hora convergem, hora divergem, além, é claro, das vivências que vão sendo tecidas e esmiuçadas como fios condutores que se emaranharam pelo grande novelo de linhas que é a linguagem, pois é nela e por ela que somos constituídos/as. É célebre sabermos que não é mais *mister* concebermos a linguagem como sendo uma expressão imanente em si, passiva e dissociada dos contextos sociais aos quais ela atravessa, uma vez que empreende relações de poder, sociais, políticas e ideológicas reverberando implicações nas práticas discursivas de seus/suas atores².

A partir disso, não podemos fazer uso de uma abordagem leitora, em especial na literária, que em nada dialogue com os diferentes contextos de uso da língua aos quais os/as alunos/as estejam situados/as. Como bem enfatiza Moita Lopes (2006), é imprescindível contemplarmos as vozes do sul, isto é, as vozes daqueles/as que participam de nossas

² Faço juízo de valor às formas masculina e feminina.

pesquisas, pois elas precisam cada vez mais estarem visíveis e não à margem, e nem serem tratadas como *objetos* de pesquisa, mas, sim, como partícipes dela. Isso implica, sobretudo, que devemos dar voz e escuta aos movimentos sociais (feministas, movimentos negros, LGBTTI+ etc) que tanto lutam contra as opressões dos aparelhamentos ideológicos do Estado.

É necessário ainda alargar e desnaturalizar o currículo escolar, cuja padronização se calca em um modelo de proposta pedagógica tecnicista, conservadora e fundamentalista que não corrobora com as diferentes construções identitárias de gêneros, sexualidades e étnicorraciais que temos na escola, precisamos superar tais valores para (re)construirmos outros novos que respeitem as pluridiversidades existentes. Não quero apenas falar aos pares, mas a toda comunidade externa à Universidade, pois a história necessita das vozes e da participação de todos/as para que possa ser reescrita, recontada e revivida, mas, desta vez, por nós, a geração afro-descendente.

Nesse bojo, teço nos tópicos subsequentes reflexões e direcionamentos acerca das contribuições africanas ao arsenal civilizatório do nosso Brasil, realçando as histórias, as lutas, crenças e saberes que foram fatos corrompidos e negligenciados pela matriz hegemônica colonialista de poder, a qual tentou apagar as singularidades e as belezas deixadas por nossos ancestrais africanos. Além disso, proponho um resgate imbuído a uma tomada de consciência por parte daqueles/as que ainda desconhecem o marco real da história africana e afro-brasileira.

Para terminar, entorno a importância de uma prática leitora literária como sendo *constituente* e *constitutiva* de alunos/as críticos/as, responsivos/as e participativos/as, além disso, revigoro a necessidade de um currículo escolar que dê destaque e visibilidade as diversidades étnicorraciais, possibilitando aos alunos/as e educadores/as uma política de pertença afro-brasileira e antirracista.

Boa leitura!

As contribuições dos povos africanos para a cultura afro-brasileira

Quando nos referimos à África e as suas nações, nos damos conta de que o que sabemos sobre a sua história e as *estórias* de seus povos ainda é muito pouco ou, melhor dizendo, quase nada diante do grande legado histórico-cultural-intelectual construído por seus ancestrais ao longo das gerações. Ainda nos deparamos com novelas, filmes, minisséries, programas humorísticos, livros didáticos e textos literários, entre outros gêneros, que circulam

tanto no cotidiano quanto na esfera escolar, trazendo imagens de personagens negros/as reduzidos/as a papéis de subserviência, quando não escravos/as.

Tivemos, recentemente, uma minissérie que foi exibida pela grande mídia televisiva³ que colocava os/as não-negros/as como sendo os/as protagonistas do processo de abolição da escravatura no período colonial, quando sabemos que, na verdade, foram os/as próprios/as negros/as os/as maiores responsáveis pela sua abolição ao construírem os quilombos que, inicialmente, funcionaram como refúgio da exploração imposta por seus *senhores/as* até se transformarem em grandes *organizações sociais*⁴, tendo, assim, a sua própria forma de constituição.

Isto para que não se pense que o abolicionismo teve início aqui apenas depois que os grupos radicais liberais começaram a formar entidades que defendiam um abolicionismo institucionalizado, legal e parlamentar. Nessa primeira fase que se caracteriza pela *quilombagem* como forma de emancipação, ao que se poderá juntar as fugas individuais, o sujeito da ação são os próprios escravos (MOURA, 2003, p. 58, grifo meu).

Com base nisso, acredito veemente terem sido os quilombos não apenas uma organização social como nos propõe Lindoso (2003), mas também um ato de *militância* e de emancipação dos/as próprios/as negros/as contra a violência e o sistema escravocrata da colônia, que impôs a dominação dos/as negros/as pelos/as não-negros/as daquela época. À medida que os quilombos se expandiam entre os territórios brasileiros e autoafirmavam-se no seio mesmo da sociedade racista, começavam a nascer ali à ascendência e os primeiros movimentos de lutas e reivindicações das populações negras africanas e afro-brasileiras que lutavam por sua liberdade, por sua cidadania e pela igualdade de direitos, nasciam também às primeiras formas de militância político-social-ideológica de uma classe antes vista como primitiva e destituída de valores, crenças e civilização. Os movimentos sociais negros que hoje se constituem são estruturas que refletem e mantêm viva a luta e a história, assim como a militância das organizações quilombolas que vieram outrora.

Há muitos vestígios sobre a história dos negros/as africanos/as que foram contadas de maneira ofuscada e decadente sobre a égide do padrão europeu que precisam ser urgentemente superadas como forma de resgate e (re)conhecimento as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras, dando a elas a devida importância e o devido respeito entre as demais civilizações que formam o rol das histórias da humanidade. É nesse bojo que

³ Refiro-me a minissérie “Liberdade! Liberdade!” que foi exibida pela rede Globo.

⁴ Termo utilizado por Dirceu Lindoso.

precisamos trazer à baila a riqueza e as belezas produzidas e deixadas como bem social, natural⁵ e intelectual das comunidades africanas ao nosso Brasil.

Sobejamente a isso, muito pouco se fala e quase nada se sabe que, por exemplo, tivemos um presidente negro na história de nosso país, chamado Nilo Peçanha, o qual aparece *branqueado* em fotos e em quadros que circulam entre nós e nos demais meios sociais. Mal sabemos também que não é só isso, pois muitos dos escritores que se destacaram após a abolição eram negros, outros eram cantores eruditos, e muitos outros/as sabiam a língua árabe, como bem enfatizado por (SODRÉ, apud TRINDADE, 2013).

Além disso, os povos africanos não deixaram contribuições apenas na área da dança, da música ou da gastronomia como muitos veículos midiáticos e até mesmo a própria escola faz questão de marcar, mas deixaram, sobretudo, um grande e imenso patrimônio intelectual na literatura, na ciência, na geografia, na meteorologia, na economia, na arquitetura, na pintura, na engenharia, na psicologia e demais âmbitos relacionados aos diversos tipos de conhecimentos.

Vemos que as produções e os saberes africanos que se contextualizaram em território brasileiro atingem grandes dimensões e grandes patamares criativos, não se limitando apenas e unicamente ao samba, carnaval, folclore ou ao futebol que, na maioria das vezes, são tidas como únicas habilidades as quais negros/as sabem/podem desenvolver. Pensar assim é reproduzir um pensamento reducionista, além, é claro, de fortalecer a ideologia racista que ainda permeia e paira sobre nós. Precisamos, portanto, resgatar os saberes, assim como as histórias africanas e afro-brasileiras de uma forma que venham desmistificar os falsos discursos que rebaixaram as africanidades, tachando-as como sendo primitivas, inferiores e de deuses pagãos e decadentes. Corroborando com Cunha Júnior, acredito que:

As Africanidades Brasileiras são (re)processamentos pensados, produzidos no coletivo e nas individualidades, que deram novo teor às culturas de origem. A ideia de (re)elaboração tem o conteúdo da produção intelectual dos afrodescendentes. Introduce a ideia do pensado, do nacional, do produzido através de bases civilizadas importantes preexistentes às invasões européias (2001, p. 75).

Para que isso aconteça é necessário que façamos uma *tomada de consciência*, que reconheçamos a importância das culturas africanas e afro-brasileiras como sendo tão sofisticadas, de sistemas tão complexos e organizacionais como as demais formas culturais. E um dos melhores caminhos viáveis para isso é, sem dúvida, à escola, mais precisamente a sala

⁵ Refiro-me aos minérios, fauna, flora e suas diversidades.

de aula. Pois é nela que os/as alunos/as têm acesso as diferentes formas de saberes, seja pelas disciplinas ou conteúdos os quais estudam e, em especial, pela literatura, uma vez que vejo nela o ponto de partida para aproximar obras literárias de autores/as africanos/as e afro-brasileiros que ainda inexistem ou são desconhecidos/as do grande público estudantil.

Segundo Voloshínov/Bakhtin (1986, p. 14), ambos, filósofos russos, a palavra é um signo ideológico por excelência que reflete e refrata, direciona à medida que representa outras realidades, pois é a língua que veicula as ideologias sociais. É pela palavra do outro que construímos e somos construídos pela pluralidade de sentidos que emanam da linguagem, e esta é o lugar de excelência e o produto pelo qual se configura a interação verbal. É Partindo desse pressuposto, – língua(gem) como interação entre as/os sujeitos –, que enfatizo qual tamanha é a necessidade de mantermos sempre viva uma perspectiva dialógica de linguagem⁶ nas práticas educativas de sala de aula, principalmente quando desenvolvemos atividades de leitura, tendo como base, o texto literário.

A importância da leitura literária como prática *constitutiva/constituente* em sala de aula

Em primeiro lugar é importante lembrarmos a necessidade da leitura como uma prática na escola e para além dela, principalmente quando esta se direciona a abordagem do texto literário em sala de aula, que ainda continua servindo – pelo menos, pelo que tenho acompanhado em minhas pesquisas –, de puro pretexto para o ensino de conteúdos gramaticais, propriamente ditos. O que chamo a atenção aqui é para que façamos um deslocamento considerável sobre o que conhecemos e vivenciamos durante o nosso processo de escolarização, pautado em um *ensino de literatura* que em nada contribuiu para a nossa formação leitora, para uma prática de *leitura literária situada*, como propõe (DALVI et al, 2010). Ou seja, irmos de um ensino de literatura escolarizado, desvinculado das práticas cotidianas (conhecimento de mundo trazido pelos/as alunos/as) a uma leitura literária que promova o que Trindade (2013) defende como sendo os quatros pilares imprescindíveis ao ato de ler, que conferem: autonomia, diálogo, movimento e contato⁷.

Devemos tomar a leitura, independentemente do gênero o qual escolhamos, sendo ele literário ou não, como uma prática social, isto é, *constitutiva* e *constituente* de pessoas críticas,

⁶ Perspectiva filosófica, de cunho bakhtiniano a qual tenho adotado em minhas reflexões.

⁷ Para uma maior compreensão desses aspectos, recomendo aos leitores/as que consultem o texto original que se encontra disponível nas referências deste trabalho.

participativas, produtores/as de uma herança cultural⁸. Não podemos conceber a leitura dissociada da literatura como sendo eixos que caminham, paralelamente, em sentidos contrários, mas, sim, como processos que estejam concomitantemente inter-ligados, pois para que se realize uma é necessário o bom funcionamento e a boa regulação e apreensão das estratégias de compreensão, que dependem de uma prática alfabetizadora não linear, da outra. A respeito disso, para Machado (2002, p. 15) “Ler é um direito de cada cidadão, não um dever. É alimento do espírito”. Sendo assim, a leitura literária precisa ser uma atividade estimulada em sala de aula, tanto entre os/as alunos/as quanto pelos/as seus/suas educadores/as, pois seria totalmente contraditório pedirmos para o outro ler se não formos e não nos fizemos leitores/as de textos, em especial, de obras literárias.

Não nos esqueçamos, como bem aponta Freire (1989, p. 13) que a “leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Pois antes de lermos a palavra ensinada pela escola, aprendemos primeiro a ler o mundo a nossa volta. São as vivências, as memórias, as crenças, o contato com o outro, as universalidades⁹, da mesma forma como as nossas individualidades (singularidades), que nos humanizam e nos historicizam enquanto sujeitos. São as nossas experiências, experiências estas que se fazem inscritas no tempo e no espaço, sendo atravessadas pela palavra do outro que nos constitui e nos possibilita ler e aprender o sentido da palavramundo¹⁰, antes mesmo de chegarmos à escola.

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa:

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário (1998, p. 29).

Sendo assim, a leitura literária não pode estar desarticulada e nem destituída das práticas cotidianas, não devendo se restringir apenas ao contexto escolar, como uma mera atividade para a escola. Cabe ao educador/a, como formador/a de leitores/as, garantir estratégias que possibilitem aos alunos/as a ler com compreensão e criticidade, ou seja, ler para se emanciparem, uma vez que a leitura será sempre o fio condutor que nos levará à (trans)formação social.

⁸ Termo que tomei de empréstimo das reflexões de Geraldi (2010).

⁹ Em sentido coletivo.

¹⁰ Faço uso do termo à forma pretendida por Paulo Freire (1989).

(RE)AFRICANIZANDO O ESPAÇO ESCOLAR

No tópico anterior detive-me mais em refletir, espero que de forma satisfatória, a importância da leitura literária como *prática social constitutiva*, aqui me ateei a problematizar a neutralidade do currículo escolar em relação a lei federal sancionada 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino sobre as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras nas instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas.

Chamo a atenção para dois aspectos imprescindíveis: a obrigatoriedade, como forma de cumprimento da lei, em relação à resistência de alguns/algumas educadores/as e coordenadores/as em abordar as matizes africanas e afro-brasileiras no tocante aos seus incisos, e a falta de preparação/qualificação dos/as docentes de como devem desenvolver reflexões, leituras e atividades pedagógicas contemplando as africanidades existentes. É sobre estas duas problemáticas, – que ainda se fazem presentes nas instituições de ensino, – pelas quais enveredarei.

A escolha por *(re)africanização* como título deste tópico, deu-se a partir dos pressupostos de Santana (2013), que discorre sobre a necessidade de desenvolver-se atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem escolar que fortaleçam uma educação de pertença afro-descendente. É fato que, desde a implantação da lei, que alterou a LDB 9.394/96, não mudou muita coisa no currículo pedagógico e nem nas práticas educativas de muitos/as dos/as educadores/as, pois muitas de suas escolas têm se mantido indiferentes a incorporarem as questões étnicorraciais em sua pauta de trabalho. E uma das explicações mais cabíveis para isso, sem sombra de dúvida, é a falta de conhecimento e de preparação, além, é claro, da total intolerância aos saberes africanos e afro-brasileiros que ainda prevalecem nos imaginários daqueles/as que atuam nessas instituições.

Abaixo, trago algumas diretrizes, em detrimento a lei supramencionada, para termos uma melhor compreensão do que ela chancela:

[...] Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3o (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

É claro e evidente que a conquista da lei não foi, como bem afirma Santos (2013, p. 88) “um presente do governo”, mas resultado de muita luta e incessante relutância dos movimentos sociais negros que tanto trabalharam e reivindicaram ao governo federal para que a sua aprovação e homologação fosse de fato sancionada em território nacional. Conseguimos tal feito através do governo Lula (na época), uma vez que foi a partir dele que podemos ampliar diálogos e ações sociais efetivas que promovessem a inclusão das questões étnicorraciais, além de outros estatutos e emendas conquistadas em prol às mulheres, idosos, juventude, LGBTTI+, entre outras instâncias.

Em relação a lei é necessário conhecê-la mais, estudá-la e problematizá-la para melhor nos familiarizarmos de como podemos fazê-la valer, não somente em nossos planejamentos pedagógicos como também em toda à escola e em seus arredores. É necessário sabermos desenvolver atividades educativas, em especial, as de leitura literárias afro-brasileiras, que dialoguem com nossos/as alunos/as, fazendo-os/as reconhecerem a si e ao outro, possibilitando o respeito, a tolerância, o espírito de humanidade e solidariedade, além do diálogo recíproco que deve existir entre todos/as. À escola, como sendo lugar de excelência no que tange a formação social de seus/suas partícipes precisa adotar, juntamente com o seu corpo de docentes, uma política e uma prática educativa antirracista, que integre e agregue, não segregando e nem silenciando ou vitimizando os/as alunos/as, principalmente os/as afro-descendentes. Segundo Duarte:

Num contexto tão adverso, duas tarefas se impõem: primeiro, a de levar ao público a literatura afro-brasileira, fazendo com que o leitor tome contato não apenas com a diversidade dessa produção, mas também com novos modelos identitários propostos para a população afro-descendente; e, segundo, o desafio de dialogar com o horizonte de expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação sem cair no simplismo muitas vezes maniqueísta do panfleto (2008 , p.21).

Para que isso aconteça é de essencial importância que todos/as estejam a par da lei, não apenas recebendo livros, manuais ou obras que tratem das temáticas afro-brasileiras, mas saber abordá-las de maneira que os seus valores sejam inscrito, não apenas naquele momento, mas que também o sejam corporificados e compartilhados/as por toda a comunidade escolar.

Ultimamente, tenho me deparado em alguns encontros (palestras, seminários ou conferências) que tenho ido, com colegas docentes problematizando justamente o não conhecimento de como desenvolver atividades desse caráter, uma vez que falta curso de formação para tais questões.

Em primeiro lugar, devemos ter clara que não cabe apenas e unicamente aos educadores/as de disciplinas como a de história, por exemplo, ficar como responsáveis por esse trabalho, pois qualquer educador/a de outras disciplinas, em especial os de Língua Portuguesa, também podem se encarregar dessa função, uma vez que Língua Portuguesa é uma área interdisciplinar, isto é, interage com vários outros saberes. Segundo, precisamos cobrar do governo, representado pelo Ministério da Educação, curso de preparação não apenas aos educadores/as, mas a toda à escola no trato às questões étnicorraciais, pois para que possamos realizar atividades de leitura, com ênfase na literatura afro, é imprescindível partimos dos documentos que abordam a sua história da mesma forma que devemos pesquisar textos de educadores/as que pesquisam e refletem sobre possibilidades de metodologias de ensino condizentes as africanidades para, a partir daí, termos um direcionamento referencial (não receituário) de como podemos incrementar e desenvolver as nossas próprias atividades pedagógicas. E, terceiro e último, devemos levar para às salas de aula obras literárias de autores/as africanos e afro-descendentes, falar de sua complexidade, possibilitando que os/as alunos/as tenham contato com a sua linguagem, propiciar rodas de leitura, de escuta e diálogo entre todos/as para que possam, através da estética literária, ter contato com os saberes, os mitos e as lendas que revelam uma África antes não conhecida.

Precisamos, contudo, consultar as nossas bibliotecas escolares, abri-las para os/as nossos/as leitores/as, procurar nelas livros paradidáticos, obras de romances, de contos e poesias, entre outros gêneros, que contemplem enredos africanos e afro-brasileiros, entre outras temáticas. Devemos ainda observar, com o olhar de pesquisador/a, de como essas obras retratam as personagens negras, ou seja, de como aparecem nas histórias. Além disso, é imprescindível verificarmos também de como à escola com seus murais, quadros de avisos e exposições de trabalhos estão expondo e compondo as *africanidades*, pois precisamos romper com o paradigma ainda excludente que as instituições fortalecem no que diz respeito as suas pluridiversidades.

Por uma escola mais democrática, reconhecadora e integradora dos direitos e saberes de todos/as.

Para finalizar,

O caminho pelo qual temos que trilhar no tocante as relações étnicorraciais e suas matizes é de certo longo e extenso, mas não impossível de ser percorrido, pois cada passo dado já é um grande avanço, além de um ato de envolvimento social e político que estamos dando, principalmente quando nos debruçamos e nos comprometemos a levar tais discussões para à sala de aula. Sabemos o quanto ainda precisamos avançar mais, o quanto também precisamos conhecer e ter contato com os saberes que foram produzidos por nossos/as ancestrais africanos/as e recontá-los para as gerações que deles foram podadas, e para as futuras que virão. É hora de darmos continuidade à luta, que se faz presente em todo dia, mas que não se esgota diante dos ataques e repressões sociais aos quais somos diariamente surpreendidos/as.

Sobejamente a isso, sabemos também que a leitura nas escolas precisa ser tida como uma prática *constituente* e *constitutiva* de alunos/as críticos e participativos, ou seja, uma prática que os/as possibilitem posicionarem-se diante o texto literário com responsividade, experienciando, vivenciando a linguagem através de sua fluidez de sentidos que se constrói no movimento recíproco e polifônico entre o texto literário e o leitor/a, este/a último/a como seu co-enunciador/a.

Neste trabalho foram relatadas algumas de muitas questões, mas ainda existem muitas outras que precisam ser arroladas para que possamos melhorar a qualidade da educação, seja nas práticas de escrita e leitura¹¹, em especial nas práticas que tangem as diversidades de gêneros, etnias e sexualidades no âmbito escolar.

Espero que todos/as leitores/as deste trabalho, em especial os/as educadores/as, incorporem práticas pedagógicas que dialoguem mais com os diferentes contextos sociais de seus/suas alunos/as, respeitando e valorizando as suas vivências, as suas etnias, as suas práticas discursivas, ampliando diferentes arestas de leituras que correspondam com as suas escolhas e interesses, levando sempre obras literárias que ainda lhes são desconhecidas, principalmente as de autores/as africanos e afro-descendentes.

Mas, para que isso seja possível, aconselho que adotemos em nossas vidas, assim como em nossa prática docente, a filosofia africana de origem bantu, conhecida como *Ubuntu*, cujo significado nada mais é do que *Eu sou porque todos/as somos*, pois este é um dos princípios que anuncia no *ser* a busca pela humanidade, solidariedade, respeito e tolerância

¹¹ Neste trabalho empenhe-me mais em destacar a prática leitora.

que devemos ter, não apenas para a cultura e base histórica do outro, mas por esse outro que caminha conosco, que participa de nossa vida, de nosso trabalho, da mesma forma como de nossa história e de nossa constituição. Portanto, desejo que sejamos mais humanos/as, que sejamos mais sensíveis e, como não poderia deixar de ser, que sejamos cada vez mais plurais.

Ubuntu!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Brasília: MEC, 2008.
- _____. **Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC, 2003.
- _____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. MEC. Secretaria de Ação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Africanidades, afrodescendências e educação. In: TRINDADE, Azoilda Loretto (Org.). **Africanidades brasileiras e educação: Salto para o futuro**. Rio de Janeiro: ARCEP; Brasília, 2013, p. 68-79.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: Um conceito em construção**. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, nº 31, p. 11-23, 2008.
- DALVI, Maria Amélia. et al. (Org.). **Literatura na escola: Propostas didático-metodológicas**. In: _____. **Leitura de literatura em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 67-7.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GERALDI, Wanderley. A aula como acontecimento. In: _____. **A aula como acontecimento**. São Carlos - SP: Pedro & João editores, 2010, p. 101.
- LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica**. Maceió: Edufal, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Encruzilhada dos orixás: Problemas e dilemas do negro brasileiro**. Maceió: Edufal, 2003.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. et al (Org.). **Por uma Linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SANTANA, Marise. O legado africano e a formação docente. In: TRINDADE, Azoilda Loretto (Org.). **Africanidades brasileiras e educação: Salto para o futuro**. Rio de Janeiro: ARCEP; Brasília, 2013, p. 108-118.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura em curso: Trilogia pedagógica**. Campinas: Autores associados, 2003.

TRINDADE, Azoilda Loretto. (Org.). **Africanidades brasileiras e educação: Salto para o futuro**. Rio de Janeiro: ARCEP; Brasília, 2013, p. 10-17.